

Ata da 1ª Audiência Pública de apreciação da versão revisada do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab.

Data: 22 de março de 2019

Horário: 14h30 às 16h30

Local: Auditório do Ministério do Desenvolvimento Regional – Brasília/DF

Participantes

Ministério do Desenvolvimento Regional: Adalberto Marques, Adriana Batista Souza Naves, Alexandre Araújo Godeiro Carlos, André Braga Galvão Silveira, Elisa Sukanuma, Ernani Ciríaco de Miranda, Gláucia Tamayo Hassler Sugai, Ivon Muallem da Fonseca, Janaína Ferreira Batista, Jonathas Assunção Nery de Castro, Júlio César Sebastiani Kunzler, Lila Shalamar Aquino de Oliveira, Luiz Alberto Arend Filho, Marcelo de Paula Neves Lelis, Magnus Caldeira, Marco Porto, Mariana Barros, Paulo Rogério dos Santos e Silva, Rogério Borges Marques, Samuel Weimar Cavalcante e Silva, Tatiana Dumke da Silva e Thalia Martins Araújo de Oliveira.

Ministério do Meio Ambiente: Tatiana Santana Timóteo Pereira e José Xavier.

Fundação Nacional de Saúde (Funasa): Carolina Torres Menezes, Grazielle Marra, José B. Teixeira e Rodrigo Luiz do Vale Simão.

Caixa Econômica Federal: Isabela Gontijo S. Lacerda Dorilla.

Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA-RS): Paulo Renato Paim.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA-DF): Amanda Meireles e Glauco Amorim da Cruz.

Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE): Francisco dos Santos Lopes.

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-DF): João Marcos Paes de Almeida

Saneamento de Goiás S.A. (SANEAGO): Marcus Vinícius Batista de Araújo.

GIZ: Rita Cavaleiro.

Senado (Gabinete do Senador Major Olimpo): Renato Lira Miler Silva.

Mais News: Henrique Carmo

Memória

1. Abertura

Em observância ao disposto no Art. 61 do Decreto nº 7.217/2010 e na Instrução Normativa nº 7/2019 do Ministério do Desenvolvimento Regional foi realizada, em 22 de março de 2019, a 1ª Audiência Pública para apreciação da versão revisada do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab.

A Audiência Pública foi iniciada às 14 horas e 30 minutos com a composição da mesa com as seguintes autoridades: Sr. Jônathas Assunção Nery de Castro – Secretário Nacional de Saneamento e Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis – Coordenador-Geral de Planejamento e Regulação.

Com a palavra, o Sr. Jônathas Castro desejou as boas-vindas a todos os presentes e ressaltou a importância da realização desta 1ª Audiência Pública que objetiva colher contribuições à versão revisada do Plansab. Destacou que o Plano deve ser um documento prático e aplicável e não uma publicação para ficar na prateleira. Para isso, a SNS pretende confeccionar, posteriormente, um documento executivo com a síntese do conteúdo principal do Plano, com vistas a otimizar a sua divulgação e aplicação. Em seguida, agradeceu, mais uma vez, a presença de todos e passou a palavra ao Sr. Marcelo Lelis.

O Sr. Marcelo Lelis agradeceu a presença de todos e lembrou que a Consulta Pública estará disponível no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) até o dia 08 de abril de 2019 e que a 2ª Audiência Pública será realizada no próximo dia 29 de março, com transmissão via internet. Ressaltou que esta Audiência Pública objetiva realizar uma apresentação sucinta da versão revisada do Plansab e colher sugestões, críticas e contribuições, envolvendo toda a sociedade na construção de um documento que reflita os diversos interesses. Informou ainda que, além do formulário eletrônico disponível do sítio eletrônico do MDR, foram disponibilizados formulários impressos para preenchimento durante a Audiência Pública, bem como cópias impressas e dois computadores com a versão digital do documento para consulta.

2. Apresentação da versão revisada do Plansab

Dando prosseguimento à Audiência Pública, o Sr. Marcelo Lelis apresentou uma síntese da versão revisada do Plansab, ressaltando as principais alterações e inovações propostas para o Plano.

3. Apresentação de sugestões, críticas e contribuições

Após a apresentação, o Sr. Marcelo Lelis abriu o espaço à manifestação dos presentes, para a apresentação de sugestões, críticas e contribuições à versão revisada do Plansab e convidou, para compor a mesa dos trabalhos e auxiliar nos esclarecimentos, alguns dos técnicos da Secretaria Nacional de Saneamento que estiveram diretamente envolvidos no processo de revisão do Plansab: André Braga Galvão Silveira, Ernani Ciríaco de Miranda, Rogério Borges Marques e Samuel Weimar Cavalcante e Silva.

3.1 Sr. Luiz Alberto Arend Filho

“Boa tarde! Eu sou Luiz, trabalho na equipe da Secretaria Nacional de Saneamento, e durante o processo de revisão foram solicitadas contribuições, mas eu não fiz parte diretamente da equipe que fez a elaboração. Tentei incluir uma crítica acerca do indicador de manejo de águas pluviais, o indicador que o Plansab manteve da primeira edição “número de municípios com inundações, enxurradas e, ou alagamentos nos últimos cinco anos”. Eu entendo que na versão original era o único indicador disponível, estava na PNSB de 2008 e, por ser o único, entrou. Para essa revisão, por conta do SNIS, já estava

um indicador mais adequado disponível e o SNIS incorporou, fez muito bem. Mas o indicador mantido tem diversos defeitos, esse indicador “inundações, enxurradas e, ou alagamentos” depende da chuva, depende da natureza. Como você coloca uma meta no indicador, se esse indicador depende da natureza? Tem esse defeito no indicador e tem um defeito muito maior e mais grave por conta da meta atrelada. Eu vou entrar numa questão bastante técnica: o indicador incorpora inundações, enxurradas e, ou alagamentos. Então traz para dentro do indicador os alagamentos. Os alagamentos, se a gente pegar a definição do Cobrade – Codificação Brasileira de Desastres, que a gente tem de oficial, os alagamentos são muito associados à microdrenagem. Os projetos de microdrenagem são calculados com tempo de retorno, que a literatura coloca até 2 anos, 5 anos. Os cálculos muitos conservadores, de prefeituras, muito conservadores como do Distrito Federal, adotam 10 anos. Não tem mais que 10 anos de recomendável para microdrenagem. O DF adota 10 anos, por exemplo. Se você fizer a conta do risco, qual o risco de se ter alagamento em 5 anos? Você pode ter no ano 1, no ano 2, no ano 3, no ano 4 ou no ano 5. Tem uma expressão para calcular riscos, leva em conta: o tempo de retorno, o risco, a probabilidade de o evento ser superado, ser igual ao superado, e se leva em conta “n”, o número de anos, no caso 5, porque “inundações, enxurradas e, ou alagamentos nos últimos cinco anos”, então são 5. Se você fizer a conta para 10 anos, o cálculo mais conservador que você pode fazer, o resultado sai 41%. O Plansab traz a meta de 11% para 2033, o número que a literatura mais conservada que tem, aceita 41% como razoável! Esse indicador não faz sentido! Eu fiz esse alerta! Então eu quero entender porque a Secretaria insiste em manter?”

3.2 Sr. Paulo Renato Paim

“Boa tarde! Meu nome é Paulo Paim. Primeiro, eu quero dizer que eu concordo contigo Luiz. Também sou engenheiro e achei um absurdo a exigência e a vinculação, eu não sabia da história, acho que simplesmente foi copiado da primeira versão, mas ele perde o sentido exatamente pelos motivos que tu falaste, e eu não vou repetir. Eu preciso de um minuto de contexto para vocês entenderem o que eu vou falar. A sugestão está escrita, mas eu não vou entregar, porque vou mandar pelo site. Eu sou engenheiro sanitário e trabalho com gestão de recursos hídricos há muitos anos. Ou seja, salta aos meus ouvidos e aos olhos o fato de que o Plano de Recursos Hídricos sai por um canto e o Plano de Saneamento sai por outro, eles não se conversam e a prova está aqui. Eu reassumi um Departamento de Recursos Hídricos do Rio Grande Sul que, neste governo que entrou, é Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento. Então, é o segundo motivo pelo qual salta aos meus ouvidos e aos olhos de que o saneamento vai para um lado e os recursos hídricos vão para outro. Ocorre, não sei quem de vocês tem essa intimidade com esses dois assuntos, ocorre que eles deveriam e eles têm, inclusive, instrumentos para conversarem pragmaticamente, só que eles precisam ser incorporados um no outro e o outro no um. O que eu quero dizer com isso? Realmente, aí não é uma crítica, é assim mesmo! Não foi considerada a questão de gestão de recursos hídricos, logo o lado ambiental do saneamento ficou restrito à lógica clássica e qualquer sanitário sabe e conhece isso, que é a lógica de que, historicamente, o saneamento primeiro cuidou das obras, quando os engenheiros mandavam, depois cuidou da saúde, quando a área da saúde resolveu comandar o processo, e agora o esforço é de que nós possamos agregar a gestão do saneamento e o aspecto, o resultado pro bem e pro mal, que ele tem no ambiente. É a minha sugestão que virá por escrito nas metas e nos indicadores também. Nós precisamos aí porque não vamos voltar pra trás para fazer um diagnóstico todo de

novo, não tem sentido! Mas se nos indicadores e nas metas nós conseguirmos incluir essa ponte que existe, a ponte existe, nós já teremos dado um passo de mais ou menos 25 anos. Eu não vou ler, depois, por favor, quem tiver a curiosidade de ler o texto em si é só olhar lá no site. Mas a sugestão é que se inclua um ou mais indicadores referentes à gestão de recursos hídricos e eu dou apenas dois exemplos. O número de ações do Plano de Recursos Hídricos voltadas ao saneamento: quantas ações que estão previstas no Plano de Recursos Hídricos que são implementadas. Porque eu posso usar isso, evidentemente, como uma melhoria da condição do saneamento. Quem nunca leu, leia, por favor! Qualquer Plano de Recursos Hídricos tem ações de saneamento como as mais significativas. Especialmente porque nós temos e vocês conhecem aqueles números da inversão de 70%, 30% da relação de densidades de ocupação urbana e ocupação rural e somos um País cuja área urbana cresce assustadoramente e de forma desordenada. Então, qualquer Plano de Recursos Hídricos, eu não corro o risco de errar nada, possui um conjunto significativo de ações de saneamento, que os planos de saneamento não conhecem. E o outro é que existe na gestão de recursos hídricos uma palavra que chama enquadramento. Enquadramento nada mais é que a sociedade define os usos futuros que quer fazer das águas, dos cursos d'água. Ora, em áreas urbanas brasileiras, o maior problema que contamina a água, e que impede o uso da água é a ausência de saneamento. Então, se nós criarmos, e se tiver a oportunidade eu ajudo a criar, um indicador que meça isso. Os enquadramentos, ou seja, os objetivos dos Planos de Recursos Hídricos estão sendo atingidos naquilo que cabem e cuja responsabilidade é do saneamento? Muito obrigado!”

3.3 Sra. Tatiana Santana Timóteo Pereira

“Boa tarde! Primeiro eu gostaria de parabenizar os meus colegas pelo trabalho que fizeram. Imagino que tenha sido um árduo trabalho de revisar esse Plano, que ainda não foi finalizado. Eu parabeno e desejo sorte para que finalizem esse processo de uma forma rica, e que o resultado do trabalho seja um Plano ainda melhor do que o primeiro. Acho que esse é o objetivo, desejo sorte para que vocês cumpram com esse objetivo. Eu já comecei a analisar a proposta de Plano, a fazer algumas contribuições na planilha que está disponível no site e eu vou enviar depois. Mas tem algumas questões que eu gostaria de colocar aqui, inclusive para tirar algumas dúvidas ou então algumas que eu considero no site e que eu já tenho observado, porque eu ainda não analisei o Plano todo. A primeira delas é uma dúvida que eu já tinha, quando eu comecei a ler. Em parte já foi esclarecida aqui na apresentação, mas ainda assim não ficou tão claro e eu acho que precisa ficar claro no Plano, que é sobre as rodadas de participação que tiveram ao longo desse processo de revisão. Está logo na introdução que foi um amplo processo participativo, menciona diversos órgãos federais que participaram, mas não mencionou se tiveram organizações da sociedade civil que participaram. De certa forma, o Marcelo, na apresentação dele, esclareceu, mas para mim ainda não ficou tão claro. Por exemplo, ele falou do GTI, lá não falava do GTI, essa era uma das minhas perguntas: se o GTI não tinha participado. Mas ele falou que o GTI participou e eu gostaria de saber se o GTI participou com toda aquela representação com representantes dos conselhos. O Conselho das Cidades, até onde eu tenho conhecimento, praticamente não existe mais. Então eu queria saber até porque não estou tão informada sobre isso e acho que isso precisa ficar claro no documento, porque não está! Pelo menos até onde eu li. Então essa é uma das questões. A outra é sobre o indicador de atendimento adequado para resíduos sólidos que também tem um rebatimento lá nas metas de resíduos sólidos. É uma mudança que está

sendo proposta. Eu achei ótimo incluir como indicador R1 o urbano e rural, mas eu tenho uma crítica ao indicador que virou o R2 agora, que é a meta do urbano e o atendimento adequado para os resíduos sólidos que inclui como adequada a coleta indireta, em áreas urbanas. E aí eu vou explicar porque eu acho tão delicado isso: a coleta indireta é aquela coleta que não é porta-a-porta. E onde que mais tem a coleta que não é porta-a-porta em áreas urbanas? Nas grandes cidades, principalmente em favelas. E aí tem um argumento: os caminhões de lixo não entram nos becos das favelas e tal... só que é possível e é muito possível criarem formas alternativas para se coletar os resíduos nas favelas e em comunidades que tenham dificuldades de um caminhão adentrar. Eu já vi, por exemplo, em orlas de praias muito turísticas uns carrinhos motorizados, bem pequenos, que passam nas orlas, nas praias muito turísticas coletando resíduos. Porque que, então, numa área turística a gente pode ter esse tipo de coleta, de limpeza urbana e numa favela não? E além de ter incluído a coleta indireta para áreas urbanas, eu acho inclusive lamentável porque para mim, o público que mais tem necessidade do saneamento básico e que hoje tem menor cobertura que é a população de baixa renda é a população que está ficando excluída quando a gente inclui a coleta indireta como adequada. Além disso, incluiu também que a frequência da coleta pode passar a ser de uma vez por semana para ser considerada adequada. Uma vez por semana é muito pouco! O lixo que fica armazenado ali por uma semana, se ele não estiver bem armazenado e, normalmente, na maioria das cidades não tem essa possibilidade de ter um armazenamento adequado na rua, para o resíduo ficar lá esperando por uma semana, vai contribuir para a proliferação de vetores e por aí vai. Então eu acho que não é nada adequada essa mudança. Então eu vou fazer uma contribuição nesse sentido, para que esses indicadores não sejam alterados dessa forma. De drenagem, o indicador D1 já foi falado pelo Luiz, colega que falou primeiro e pelo Paulo Paim, que falou antes, mas eu fiquei com uma dúvida com relação ao novo indicador que foi incluído – D2, eu ainda não me debrucei tanto sobre eles, mas eu queria aproveitar a oportunidade para vocês me esclarecerem, que olhando rapidamente me pareceu um pouco incoerente. Porque um dos indicadores é “percentual de municípios com enxurradas, inundações e, ou alagamentos nos últimos cinco anos”, e o outro são “domicílios não sujeitos a risco de inundações”. E aí a minha dúvida é a seguinte: enquanto o D1, para o Brasil a referência lá... vou pegar o de 2016 em que estava lá 17%, cerca de 17,7% dos municípios registraram enxurradas, inundações e, ou alagamentos nos últimos cinco anos nas áreas urbanas. E o D2 para 2017 é 96,3%. A minha dúvida, eu sei que são indicadores diferentes, um é para município o outro é para domicílios, mas de alguma forma eu fiquei com uma impressão, não é nem uma opinião bem fundamentada, de que o indicador D2 está um pouco mais, está mostrando um quadro um pouco mais otimista do que o outro. É só uma impressão e eu queria que vocês comentassem sobre isso, até porque eu não conheço muito bem esse indicador novo aí. Sobre as macrodiretrizes e estratégias, eu não olhei com calma ainda, mas eu achei que foi uma boa solução que vocês encontraram a de levar as diretrizes para o capítulo de princípios fundamentais. Me pareceu interessante, mas depois eu vou analisar com cuidado as estratégias e ver como ficou esse trabalho e essa conclusão que vocês chegaram. Sobre o Plano, sobre a nova proposta de Plano, o que eu tenho para apresentar é isso. Depois eu vou terminar de analisar com mais calma como eu já mencionei, mas tem uma outra questão que eu gostaria de colocar. É que eu fiquei sabendo da consulta pública e acho que ela está sendo bem divulgada e essa audiência de hoje eu fiquei sabendo ontem, quando eu fui entrar no site exatamente porque eu fui entrar no site para continuar a leitura do documento. Eu acho que poderia ampliar um pouquinho mais a divulgação para

a próxima para que mais pessoas tenham a oportunidade de participar. Então era só isso. Obrigada!”

4. Esclarecimentos e comentários da equipe da SNS/MDR

Sr. Marcelo de Paula Neves Lelis

“Bom eu vou fazer alguns comentários rápidos aqui. A gente tem várias pessoas aqui na mesa que trabalharam diretamente no núcleo que eu falei aqui da equipe que esteve à frente desse processo de revisão e eu gostaria que todos também fizessem seus comentários haja vista que a gente tem aqui assuntos, tópicos relativamente distintos entre si. Eu vou fazer comentários bem gerais, mas sem prejuízos do que os outros vão dizer aqui na sequência. Começando obviamente pela primeira colocação do Luiz, do indicador D1. Você sabe Luiz que a gente tem dificuldade em informação sobre drenagem, a gente tem poucas informações que nos permitem ter algum tipo de monitoramento ou que possam ser usadas como um indicador que nos permita ter algum tipo de análise. Eu acho que a manutenção do indicador D1, que a gente sabe, a gente sempre soube na verdade, que não é o melhor indicador, longe disso. A gente sabe que poderia ser monitorado de uma forma melhor, mais efetiva também, mas é o que nós tínhamos à época com o SNIS. Como eu comentei, a situação passa a melhorar um pouco porque a gente passa a ter um pouco mais de informação, aí eu já faço um gancho com um comentário da Tatiana que é com relação ao D2 que a gente partiu também do primeiro diagnóstico, que foi publicado há cerca de um ano atrás e que, portanto, também não está consolidado a ponto de a gente dizer se é o melhor indicador ou se ele compõe a melhor opção juntamente com o D1. E como é uma informação nova e o diagnóstico estava ainda na sua primeira edição, a gente sabe que ainda vai um tempo para se consolidar e se materializar em uma informação que a gente possa ter mais segurança com ela inclusive para afirmar se ela é otimista como você colocou, ou não. Mas o fato é que com relação ao manejo de águas pluviais a gente ainda tem dificuldade de ter informações e indicadores que permitam a gente ter uma leitura mais apropriada do setor. O fato de manter ou não, acho que como a gente está em um momento de consulta pública e, embora a gente já tenha tido conversas com você anteriormente, mas se a gente tiver argumento fortes para realmente não manter ou até propor uma outra opção, eu acho que está em tempo. Não quer dizer que se a gente está com o documento em consulta que a gente não possa alterá-lo. Muito pelo contrário, a consulta é justamente para isso. Então acho que qualquer recomendação nesse sentido, que vai um pouquinho na linha do que o Paulo comentou também, é muito bem vinda. E com relação ao seu comentário de desconexão entre o Plansab e o Plano Nacional de Recursos Hídricos eu acho que não é questão aqui de justificar, mas a gente sabe que planejamento não é cultura ainda do brasileiro. A gente está realmente engatinhando com relação a esse aspecto e a gente percebe isso muito claramente, sobretudo quando a gente vai para o âmbito municipal, para o âmbito dos Estados que sequer plano têm. Então, a gente sabe da necessidade de uma maior convergência entre o Plansab e o Plano de Recursos Hídricos. A gente sabe da necessidade de a gente ter o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que até o momento não foi aprovado, e é um plano que teria estreita relação com o Plano Nacional de Saneamento Básico. E outros planos que deverão ser elaborados ou que já existem e que, eventualmente, não tenham sido observados a contento nesse processo de revisão. A gente, em certa medida, tem ciência disso e, ao longo desse processo de revisão, procurou minimizar um pouco essa questão e, obviamente, estamos alertas a essa necessidade. O

fato de hoje nós termos uma conformação diferente no Governo Federal, onde a gente tem a fusão de dois Ministérios que trabalhavam fortemente com saneamento, que é Integração Nacional e Cidades, dentro da formação do MDR, mais ainda tendo Agência Nacional de Águas vinculada ao nosso Ministério, isso tudo nos leva necessariamente a buscar uma maior integração. Integração esta, inclusive, que passa pela necessidade entre a integração das pastas que compõem o Ministério, as diferentes Secretarias. Então eu acredito que esse é um processo que, naturalmente vai ocorrer, a gente sabe que de fato o Plansab revisado, ele não chega nesse nível que a gente gostaria, mas a gente pretende considerar isso, obviamente, ao longo de um monitoramento e avaliação e, seguramente, na próxima revisão do Plano. Voltando para as questões que a Tatiana tinha colocado, com relação ao GTI, a gente teve alguns momentos de participação. O GTI foi convocado, a gente teve um momento de aprovação da estrutura de revisão do Plano, eu coloquei ali na apresentação, um momento mais final, no dia 24, de aprovação dessa versão que foi para a consulta pública. Então, na medida que se previa, foi feito esse diálogo, o GTI para quem não sabe ele tem uma representação ampla, são vários órgãos, vários Ministérios do Governo Federal, sete, se não me engano, dentro da configuração que vigorou até o final do ano passado. Obviamente isso vai ser atualizado, além da presença do BNDES, Caixa, Agência Nacional de Águas, Funasa, Conselho Nacional de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Saúde e o das Cidades que você mencionou. Então, eu não me lembro da participação nessas reuniões de quais que estiveram representados, mas foram todos convocados e, pelo menos nesses dois momentos que me lembro, reuniões que participei da aprovação da estrutura e aprovação do Plano, uma parcela deles estava representada. Não o das Cidades que, como você sabe, ele está em uma situação de não funcionamento, não sei qual é o termo apropriado. Mas enfim, isso obviamente prejudicou, mas não prejudicou também a representação a partir da convocação que foi feita. Com relação a indicador de resíduos sólidos, e é mais uma informação que eu acho que a turma aqui também me ajudar, assim como foi feita para outras informações do Plansab que eram mais específicas, a gente procurou ouvir diferentes especialistas nos assuntos mais específicos, obviamente. Então, esse indicador, eu em particular penso como você, eu concordo com o que você colocou também, mas não foi esse o consenso retirado ao se ouvir esse conjunto de especialistas. E o Plano procurou trabalhar nessa ótica de construir esses consensos ouvindo diferentes especialistas e, a partir daí, a gente tirar aquela visão que seja a visão mais atualizada ou a visão que se entende a mais apropriada para aquele tema específico. No caso da frequência, como você colocou, por exemplo, avalia-se que é uma tendência mundial ter uma frequência única de uma semana e assim foi considerado nessa revisão. Ou seja, mais uma vez a busca de consenso, mas sempre ouvindo especialistas do setor. Acho que da minha parte é isso.”

Sr. Ernani Ciríaco de Miranda

“Não sei se eu teria muita coisa para complementar, na verdade. O que eu poderia dizer em relação à questão da drenagem... o Luiz que é da casa e essa discussão já tivemos inúmeras vezes... eu me lembro que aqui nesse auditório teve uma discussão um tempo atrás, por exemplo, o Orsini concordou em deixar esse indicador. E ele não concordou, por exemplo, com o tempo de retorno de 2 anos para fazer essa estimativa, porque ele acha que isso é muito pouco. Mas de qualquer forma, é de amplo conhecimento que é um indicador muito frágil. Esse ponto eu acho que ninguém discute. Agora, nós temos um desafio ao propor metas e indicadores, que é buscar aqueles que tenham periodicidade de

medição, que tenham uma rotina e que tenham um histórico. Então, conhecidas as fragilidades do indicador, você ter uma série histórica e ter um sistema que mede com uma boa periodicidade, é melhor ter um indicador do que não ter. O que nós avançamos nessa versão agora é colocar um novo indicador. Aliás, nós pensamos em colocar dois novos indicadores, tiramos um e ficou só esse que está aí. Tendo essa informação com um pouco mais de precisão, pode-se avançar para tirar o primeiro. Mas o fato é que no S2ID tem essa informação da incidência de chuvas nos municípios brasileiros, a gente achou que deveria manter por conta disso. Acho que não prejudica em nada, porque também as soluções apontadas, do ponto de vista do cálculo da necessidade de investimentos para drenagem, elas não adotam esse indicador. Então, se a gente for avaliando isso e verificar que de fato o outro indicador é melhor, ele vai continuar existindo, ele vai ter uma série histórica, aí eu concordo em tirar o primeiro, mas, enquanto não... A PNSB vai sair agora. Eu tenho certeza que a PNSB vai manter esse indicador, o IBGE vai manter. Então, acho que o melhor é a gente conviver com ele, sob controle, sabendo das suas fragilidades e manter. Sobre a questão dos recursos hídricos, eu concordo com tudo que o Paulo Paim falou, e reconheço que é muito difícil e você também deve reconhecer, porque você é da área. A questão da integração de planos é a grande dificuldade que a gente tem em todas as áreas e na nossa área não é diferente. Mal, mal a gente consegue articular e, muitas vezes, nem isso. Integrar então, muito menos. Eu sugeriria que as propostas que você trouxe, a gente poderia pensar numa forma delas entrarem no Plano como diretrizes ou como estratégias e não como indicador. Eu acho que nós vamos ter muita dificuldade em apurar esses dados que você coloca como dados importantes, que eu também concordo e, sobretudo, apurar com periodicidade, todo ano. E para todas as macrorregiões e para o País como um todo, vai ser muito difícil. Então colocar isso como diretriz e como estratégia, que os planos de saneamento busquem estar integrados, sobretudo busquem avaliar as ações que lá existam de saneamento acho que é importante e, em especial, algo para o Plano Nacional e aí sim, buscar ver no Plano Nacional o que existe voltado para o saneamento e trazer isso para dentro do Plano em todas as suas avaliações, no mínimo isso. Eu acho que seria uma forma de a gente não deixar o assunto fora, na minha percepção. A questão dos indicadores de resíduos sólidos, o Marcelo já comentou. E toda vez que nós trouxemos esse ponto para discussão houveram pontos a favor e pontos contra. O Campani, por exemplo, quando ele viu essa questão da coleta indireta e da periodicidade, ele manifestou uma posição similar à da Tatiana, mas reconheceu que há uma tendência em você aumentar a coleta indireta e não aumentar a coleta porta-a-porta. A tendência é essa. Quando você passa a crescer a coleta seletiva, você diminui a coleta porta-a-porta. Aqui no DF mesmo, a coleta indireta está posta não em áreas de favela, os chamados papantulho que o SLU colocou aqui é coleta indireta. E eles não estão em área de favelas nem em áreas de ocupação irregular. Eles estão aí: no Gama tem, Ceilândia tem... e é coleta indireta. Então, tem uma tendência desse crescimento. O que realmente é um contorno ruim e a gente não tem como, eu acho, trabalhar isso num plano nacional, a periodicidade de uma vez por semana na coleta indireta em áreas de ocupação irregular, em áreas de favelas é complicado. Porque realmente vai extravasar os containers e vai causar ali um problema de salubridade naquelas áreas. Mas a gente achou que era melhor manter isso como regra no plano nacional e isso deveria ser melhor tratado nos planos locais, nos planos estaduais, talvez. Não sei como. Mas a maioria dos especialistas concordaram que deveria ser periodicidade de uma vez por semana, que é uma tendência e que deveria ser coleta indireta também na área urbana. Quando a gente fez a proposta de necessidade de investimentos, esse indicador também não afeta porque o nosso Plano,

ele traz uma proposta para a destinação final do ponto de vista dos investimentos, não para a coleta e nem mesmo para a coleta seletiva, a não ser apoio técnico, assistência técnica, capacitação, mas investimento propriamente dito não teria nessa proposta que tem aqui do Plano. Agora, o que eu acho que a gente poderia tentar avançar nesse debate do Plano, é em questões de como vencer as desigualdades existentes no saneamento básico brasileiro, como vencer a necessidade do País investir mais em saneamento rural, como vencer as desigualdades sociais, como trazer mais recursos para investimento no setor dado o panorama econômico que insistentemente tem sido posto para o País como panorama de dificuldade fiscal. E sem recursos fiscais não há como avançar no saneamento básico, eu não tenho a menor dúvida disso. Tem que ter recursos fiscais. Se a gente falar só em investimento com recurso de empréstimo a gente não vai avançar. Que soluções alternativas a gente pode construir, por exemplo, para que o conselho curador do FGTS permita você trabalhar com taxas diferenciadas nos empréstimos para as áreas do Norte, por exemplo, do Nordeste, essas áreas mais frágeis. Esses desafios que o Plano pincela todos eles e traz como um grande panorama, mas ao mesmo tempo a gente não consegue construir as propostas concretas para cada situação dentro do Plano. Isso tem que ser desdobramento do Plano e aí a gente tem que fazer um esforço para que esse desdobramento se mantenha de fato num ambiente de construção de soluções. De certa forma, a gente pode fazer uma autocrítica que isso aconteceu muito pouco nos primeiros quatro anos do Plano. A gente fez um Plano e manteve uma implementação de Programas que eram os Programas que já existiam de certa forma. A não ser no PPA que, burocraticamente, a gente copiou a proposta do plano para dentro do PPA. Mas, para vocês terem uma ideia, o orçamento, a LOA do Ministério das Cidades de 2019, ela é de R\$ 360 milhões. Só para pagar os contratos em andamento, a estimativa é que vai ser executado, dos contratos em andamento R\$ 700 milhões, esse ano. O Plano está propondo, foi mostrado ali, algo em torno de R\$ 15 bilhões de recursos fiscais em 5 anos, o que daria R\$ 3 bi ao ano. A gente está propondo, agora a gente mesmo vê com muita dificuldade em se conseguir só com o OGU captar esses recursos fiscais. Se não entrar, por exemplo, os fundos de desenvolvimento regional, FINOR, os fundos do Nordeste, do Centro-Oeste, por exemplo, se não entrar um esforço de emendas parlamentares concentradas para a solução efetiva do problema e não fragmentadas, isso é R\$ 1 bilhão por ano na nossa área. Se a gente não conseguir um esforço de governo para fazer isso, aí de fato vai ficar difícil a gente conseguir manter esses R\$ 15 bilhões em 5 anos com recursos fiscais. E há uma inversão da lógica que nós propusemos no Plano que, originalmente, era 60% federal e 40% não-federal, e que agora nós invertemos, e que já há algumas associações do setor que manifestaram que acham que isso é inviável, quer dizer, também já sentiram que o Plano levou mais necessidades de recursos de fora do Governo Federal como proposta e eles acham que... já saiu notícia de que o pessoal acha que esse critério aí talvez não vá funcionar também. Então, acho que esse lado da efetividade da implementação, é um grande desafio que ainda não está bem equacionado. O Plano avançou ao propor fontes de recursos. Na versão original não tem, a gente só põe recursos federais e não-federais. Nesse a gente avançou para propor recursos... quanto que a gente acha que deve vir da tarifa, quanto que a gente acha que deve vir de empréstimo, quanto que a gente acha que deve vir de OGU, quanto que a gente acha que deve vir de outras fontes não-federais, dividindo em quatro itens, mas ainda precisa dizer como nós vamos equacionar, sobretudo na parte fiscal, em esforço para conseguir chegar nesse ponto. Bom, algumas pinceladas.”

Sr. Samuel Weimar Cavalcante e Silva

“Só fazer um comentário aqui sobre... em relação à coleta indireta, isso foi realmente muito polêmico em nossas reuniões e teve várias ponderações. Mas uma das ponderações também que o Ernani não comentou é a questão dos custos em relação a colocar... estipular metas tendo em vista que a maior parte dos municípios não poderia conseguir, digamos, se estruturar do ponto de vista financeiro e institucional para fazer isso acontecer dentro do que se era considerado fazer uma coleta direta mais vezes por semana. Em relação à questão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, isso foi uma das preocupações nossas desde o início de tentar assim... vamos tentar, dessa vez, fazer uma articulação porque isso era importante. Se o Senhor vir na parte das estratégias, uma das nossas ideias de desenho das estratégias era colocar as nossas diretrizes, as estratégias, os órgãos, as esferas federal, municipais, estaduais que seriam competidas e também fazer outras colunas com todos os planos com os quais tivesse algum tipo de relação, tipo Plano de Resíduos Sólidos, caso ele viesse a sair, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, etc. Porque a gente pensou que, se havia um espaço melhor para fazer esse tipo de articulação, era na parte prática que era exatamente articular as estratégias com ações diretamente. Não colocar indicadores justamente por causa das fragilidades que o Ernani ali colocou de termos dados suficientemente regulares de informações relativas a isso para a gente poder fazer... transformar isso numa meta, num indicador ou mesmo num indicador auxiliar. Em relação ao que o Luiz colocou, também foi outro ponto muito polêmico, mas eu só quero lembrar que a parte desse indicador principal, lá no final onde estão listados os indicadores auxiliares, os outros indicadores que talvez sejam até melhores do ponto de vista de... sem ter essa característica que o Luiz colocou, esse problema em relação à previsão de desastres naturais, que está aqui numerado como 6 – indicadores de eventos hidrológicos extremos, é um indicador que tem quatro informações: municípios com inundações ou enxurradas que tiveram pessoas desalojadas ou desabrigadas; municípios com inundações ou enxurradas que tiveram óbitos, número de pessoas desalojadas ou desabrigadas por inundações e, ou enxurradas; e número de óbitos por inundações ou enxurradas. Esses, na época da discussão que teve a polêmica, esses poderiam ter ido lá, para se transformarem em indicador principal. Mas na discussão o consenso foi que aqueles se mantiveram, se colocariam como indicador principal e esses então, nós passaríamos a monitorar anualmente na base das avaliações anuais que o Plansab exige e assim a gente poderia ponderar, no futuro, se poderia haver uma nova configuração de indicadores relativos a isso.”

Sr. André Braga Galvão Silveira

“Bom, o Ernani, o segundo a falar, comentou que sobrou muito pouco a comentar. Então, comentando aqui sobre a fala da Tatiana, eu tentei recuperar a introdução porque eu lembrava que a gente tinha tentado descrever a apreciação pelo GTI da versão revisada. Realmente isso está citado. Eu concordo, Tatiana, talvez isso possa ser objeto de um detalhamento um pouco maior, como é que foi essas discussões, embora esses documentos sejam públicos, eles têm, a ata da reunião do GTI está no site, no campo Saneamento, Plansab, GTI... então todas as reuniões do GTI-Plansab, elas ficam disponíveis ao público ali e se consegue acompanhar o que foi discutido, o que teve de polêmica e o que foi decidido, debatido, nessas reuniões. Em relação ao que o Paulo Paim comentou sobre a articulação do Plansab, do setor saneamento com outros setores, tem uma diretriz, a Diretriz 3 que fala sobre essa articulação. Então, é uma diretriz do

Plansab, entre as 15 tem uma que fala sobre isso e eu fui checar aqui, dentro dessa diretriz tem cinco estratégias. Essas estratégias como o Marcelo apresentou, elas estão priorizadas: três estrelas, prioridade alta; uma estrela, prioridade baixa... vamos dizer assim. E dentro dessa diretriz, todas as estratégias estão com uma estrela. Então, não percam a oportunidade de, na consulta pública, sugerirem também prioridades diferentes das que estão postas na revisão. Se for necessário, assim, isso foi uma metodologia, tem uma metodologia por trás de como se foi priorizado, não saiu da cabeça de ninguém em frente ao computador, foi uma pesquisa realizada, mas, claro, o documento inteiro está em consulta, então, vocês podem inclusive sugerir mudanças nas prioridades das estratégias que vocês acharem convenientes. Bom, era isso.”

5. Encerramento

Finalizadas todas as contribuições e esclarecimentos, o Sr. Marcelo Lelis encerrou esta 1ª Audiência Pública da revisão do Plansab, agradecendo, mais uma vez, a participação de todos.